



- | | | | |
|-------------------------------------|------------------------------|---------------|--------------|
| <input type="checkbox"/> | REQUERIMENTO
(.ª) | Número | /XIII |
| <input checked="" type="checkbox"/> | PERGUNTA
(.ª) | Número | /XIII |

Assunto: Despedimento coletivo na Altice coloca em risco pelo menos 300 postos de trabalho.

Destinatário: Ministério das Infraestruturas e da Habitação

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Teve conhecimento a este Grupo Parlamentar que a Administração da multinacional de telecomunicações Altice, empresa dona da MEO, veio em comunicado informar que pretende dar início a um processo de despedimento coletivo de aproximadamente 300 trabalhadores.

Esta decisão veio no seguimento de um programa de 1100 saídas antecipadas, ainda não concluído, anunciado pela empresa no dia 4 de março de 2021, segundo informações do Sindicato Nacional de Trabalhadores dos Correios e das Telecomunicações (SNCT). Esta dita reestruturação só vem revelar a (nova) estratégia da empresa: redução de custos à custa dos trabalhadores, enchendo os cofres dos acionistas, em vez de uma aposta firme e sustentada na valorização das carreiras e de investimento na inovação tecnológica. Para evitar a subcontratação no futuro, deve-se travar esta decisão de despedir em plena crise uma parte importante dos seus quadros.

Importa notar ainda que o dono da Altice, Patrick Drahi, multimilionário franco-israelita, estará a preparar a venda daquela que é hoje, ainda, a maior operadora de telecomunicações de Portugal. No entanto, este processo de limpeza da empresa está em curso desde a compra da PT em 2015.

Segundo noticiado pelo Expresso, a Altice Portugal desfez-se de grande parte dos ativos da PT: vendeu torres e antenas; alienou metade da fibra ótica ao Banco Morgan Standley; reduziu em 4500 o número de trabalhadores. A empresa tem estado a alienar também imobiliário da antiga PT, sendo o valor de encaixe ainda desconhecido.

Acresce que o Grupo Altice tem aproximadamente 20 empresas, desde empresas de construção de rede de fibra ótica, como a Nordtel e Sudtel, a lojas e callcenter, geridas pela Intelcia, ou outras como a MEO Energia ou a MEO Blue Ticket. Este universo de empresas, segundo números divulgados pela Altice mas que carecem de validação, integra cerca de 12 mil trabalhadores diretos e 15 mil indiretos. Estes negócios têm crescido enquanto a PT tem sido desnatada dos seus ativos.

Acresce a tudo isto que durante o processo do leilão da tecnologia 5G os ataques do CEO da Altice tanto ao regulador como as ameaças de deixar de investir (quando os dados indicam que esse investimento até tem diminuído ao longo dos anos) em Portugal se o regulamento não fosse alterado denotam uma atitude de não



colaboração e até chantagem sobre a política da empresa.

É por isso premente travar este despedimento coletivo e alterar radicalmente a estratégia extractivista da administração da Altice. Para valorizar os trabalhadores e apostar no investimento sustentado na inovação e na disponibilização de um serviço público e realmente universal de telecomunicações para o país, resgatando para o Estado a rede básica capturada pela Altice (fruto da privatização ruinosa da PT) e que nunca devia ter deixado a esfera pública.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e da Habitação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação?
2. Está o Governo disponível para promover uma alteração na estratégia para o sector das telecomunicações em Portugal, tendo em conta a venda de ativos e os despedimentos levado a cabo pela Altice?
3. Como pretende o Governo garantir o controlo e gestão sobre as redes de telecomunicações, que tenha como objetivo a universalidade do acesso a telecomunicações e a oferta de qualidade e acessível economicamente?
4. Que motivos foram invocados pela Altice que justifiquem o despedimento coletivo? Existem motivos de mercado, relacionados com o 5G, que indiquem neste sentido?

Palácio de São Bento, 22 de junho de 2021.

**A deputada
Isabel Pires**